

Tesouro leva calote de R\$ 11 bilhões

Maior dívida contabilizada pela União até o final de maio está no caixa do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

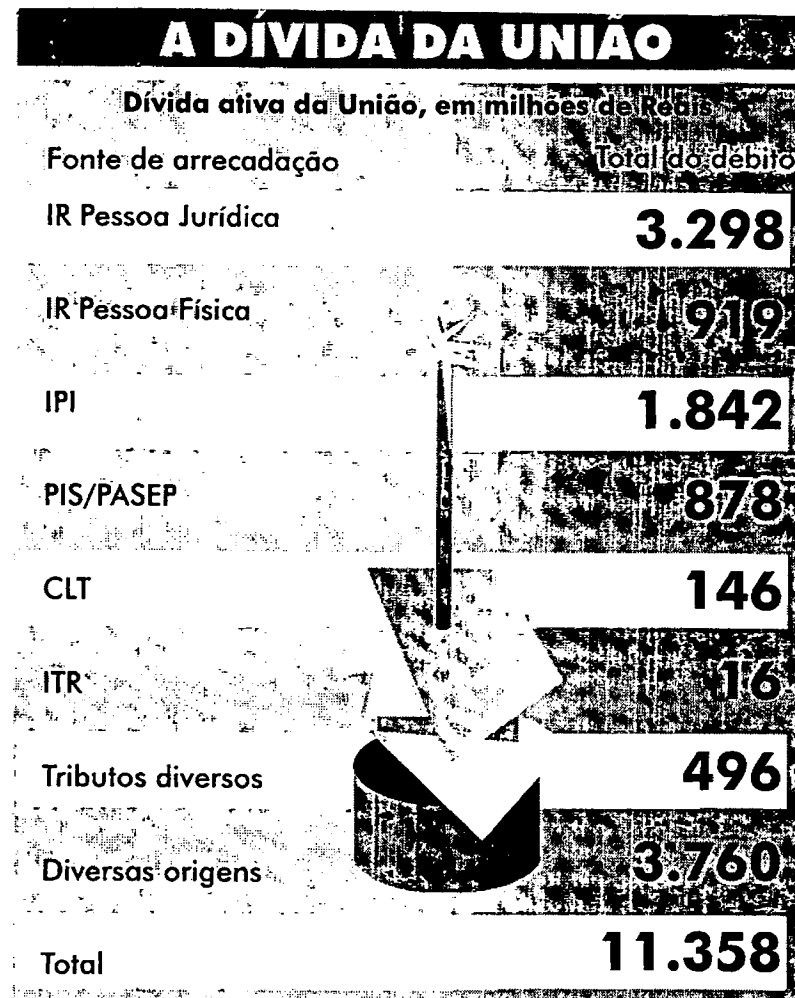
MARCELO CORDEIRO

A União está contabilizando um prejuízo superior a R\$ 11 bilhões no recolhimento de tributos, o que corresponde a cerca de 10% da dívida externa brasileira. Até o final de maio deste ano, já estavam inscritos na dívida ativa da União créditos devidos e não pagos no valor total de R\$ 11,36 bilhões, boa parte deles ajuizados pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

O maior rombo está no caixa do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), onde os contribuintes deixaram de pagar R\$ 3,3 bilhões. A inadimplência nos tributos também atinge as indústrias que, até o final de maio, deixaram um rombo no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

As dívidas não são novas. Na maioria, estão se acumulando nos órgãos federais de arrecadação há alguns anos. A própria legislação brasileira agrava os problemas, em alguns casos, porque não determina claramente quem tem poderes para cobrar pela União. A Procuradoria da Fazenda Nacional recebeu recentemente a incumbência de ser a cobradora oficial do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), mas não tem quadro suficiente para atender a essa demanda e, menos ainda, para cobrar os tributos devidos.

Com o ajuizamento de dívidas, mesmo com decisões judiciais, não garantem o pagamento dos débitos, a União terá que procurar um método mais agressivo para cobrar suas contas. Além disso, deve procurar



maior entrosamento entre seus próprios órgãos, já que na lista dos dez maiores devedores de tributos por estados, elaborada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, constam empresas estatais e até órgãos da administração direta, como o Ministério do Trabalho, sétimo maior devedor de tributos no estado do Espírito Santo.

Somente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo estão concentradas 64,2% do total de dívidas (R\$ 7,29 bilhões), estando os maiores devedores em São Paulo, de onde parte um rombo no valor de R\$ 4,5 bilhões. Como estado mais industrializado do País, São Paulo, sozinho, responde por 61,6% de todo o rombo do IPI (R\$ 1,1 bilhão) e

por 35,1% das dívidas com o IRPJ (R\$ 1,2 bilhão). Os devedores do estado do Rio de Janeiro somados devem à União R\$ 2,64 bilhões, sendo que R\$ 900 milhões ao IRPJ.

A última relação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, onde constam processos ajuizados até abril deste ano, mostrava que, pelo menos no Distrito Federal, as empresas estatais e os órgãos do Governo não estão entre os dez maiores devedores. Os dez maiores da capital são todos empresas privadas e a lista apresenta a empresa Ciplan — Cimento Planalto S.A como a maior delas, a Atacadista de alimentos Santa Therezinha volta à cena na capital como a segunda maior devedora da União e a lista não perdoa, sequer, pessoas físicas como é o caso do deputado federal Sergio Naya (PMDB-MG) inscrito na dívida da União em abril como o sétimo maior devedor do Distrito Federal.

No estado do Espírito Santo, por exemplo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, orgulho do capixabas, é também a campeã no rombo dos tributos federais. A CST aparece como primeira de uma lista que traz até o Ministério do Trabalho como devedor. O mesmo acontece com o Rio de Janeiro, estado que tem a maior produção brasileira de petróleo e a Petrobrás como maior devedora de tributos da União. A construtora Engesa — Engenheiros Especiais S.A — é a maior devedora da lista do estado de São Paulo que tem na segunda colocação o empresário José Mario Tiepo.